



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 14.08.18

INÍCIO: 18h43min

PRESIDENTE: SR. EDSON MARTINS

SR. MARCELINO TENÓRIO

SECRETÁRIO: SR. MARCELINO TENÓRIO

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - Solicito ao Sr. Presidente que seja dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior.

Passamos a Ordem do Dia. Neste momento está suspensa a Sessão por conveniências técnicas.

(Suspende-se esta Sessão às 18 horas e 44 minutos e reabre-se às 18 horas e 45 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra ao Ilustre Deputado Alex Redano. Logo após nós vamos transformar em Comissão Geral.

O SR. ALEX REDANO - Sr. Presidente, nobres companheiros, uma Questão de Ordem. É outro assunto, mas aproveito este momento para relatar a situação de transporte escolar do nosso Estado, no que se refere aos pagamentos, aos convênios. Eu recebi agora vários Whatsapp do município de Campo Novo de Rondônia. Entrei em contato com o Prefeito, com a Secretária de Educação e eles estão paralisando todo transporte escolar, paralisando as aulas amanhã. Então, entrei já em contato com a Angélica, que é a nossa Secretária, muito eficiente, por sinal, e repassei já essa situação, mas peço aos nobres Deputados também para

somarem forças para juntos analisarmos todos os demais municípios, em especial esse pedido de socorro que eu recebi agora do Município de Campo Novo de Rondônia. Os Vereadores, o Vereador Ci, me ligaram, o Vereador Cutia também me ligou; o Prefeito Oscimar, a Wilma, que é Secretária de Educação, então, faço esse alerta a todos os demais Deputados. E também fazer um convite especial, quinta-feira, Deputados, às 15:00 horas, estaremos aqui reunidos com o Ibama, com SEDAM, Ministério Público Federal, foram todos convidados para uma grande reunião sobre o setor ambiental. Nós temos o Termo de Cooperação que ainda não foi assinado, são vários Projetos de Manejo que estão parados, empresários que estão desistindo do setor, uma situação muito complexa. Nós temos a questão das Reservas, são 11 Reservas criadas por Decreto, nós precisamos dar um fim nisso. Existe uma insegurança jurídica muito grande. Nós temos a questão dos plantadores de soja no Estado também, que estão com dificuldades.

Então, se nós não nos unirmos, o Estado de Rondônia vai parar e o que sustenta o nosso Estado hoje ainda é o pequeno agricultor, é o madeireiro, então, o setor ambiental precisa mudar as políticas. Eu quero enaltecer o Hamilton, que é o Secretário da SEDAM, uma pessoa muito capacitada, muito educada, mas nós também precisamos ajudá-lo a transpor alguns obstáculos. Está aqui o Vereador Lano. Lano, obrigado pela presença. O Lano me procurou ontem também, relatando várias dificuldades, reclamações que tem recebido em todo Estado do setor ambiental. Então, está feito o convite aqui a todos os Deputados, quinta-feira, agora, depois de amanhã, às 15:00 horas, para estarmos presentes.

Enaltecer o Deputado Ezequiel Junior que está sempre acompanhando essa questão, promoveu uma reunião muito

importante hoje de manhã. O Deputado Adelino também e os demais companheiros que militam nesse setor, o Deputado Geraldo da Rondônia. É importante, Deputado Geraldo, vamos nos unir todos para poder amenizar a situação caótica que se encontra a questão ambiental no nosso Estado de Rondônia.

Tem o aparte Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador - Quero parabenizar o Deputado Alex por trazer esse assunto tão importante. Dizer que hoje de manhã a gente discutiu e praticamente a gente não viu solução. O pessoal de Cujubim veio para cá e voltou decepcionado. Isso nos preocupa muito porque eles estão desesperados. Ali o clima, não são só os empresários não, principalmente os funcionários, para os funcionários que estão desesperados, que eles estão perdendo o emprego e está numa situação muito difícil. E a questão ambiental do Estado, está muito parada. Essa questão do convênio desde 2015, é uma irresponsabilidade do ex-secretário de Meio Ambiente que não tomou providências. Como é que deixa desde 2015 vencer esse convênio? Nós estamos em 2018 e não foi renovado, não foi discutido, é falta de seriedade na questão ambiental. Concorde, o senhor Hamilton, o novo Secretário, cheio de boa vontade, mas ele precisa junto com o Pitaluga, pegar isso de imediato e tomar providências para que o Estado não pare, já está parado, não pare mais, volte a andar. Hoje a questão ambiental do Estado está travando o Estado de Rondônia com a presença do Ibama, com a presença da Força Nacional, está só sacaneando e não está dando condições do pessoal trabalhar legalmente. Muitas pessoas estão na clandestinidade porque não conseguiram se legalizar. Então, eu gostaria de deixar aqui, parabenizar por essa, pelo seu pronunciamento e dizer, Deputado Ezequiel, nós também estivemos juntos em Cujubim e o povo

está desesperado. Praticamente todas as madeireiras estão paradas, isso é muito grave para todo o Estado de Rondônia e principalmente para aquele município. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, nobres Deputados, nós precisamos nos unir, principalmente essa fiscalização catastrófica do Governo Federal, ICMBio, Ibama, Força Nacional, o que estão fazendo com os nossos toreiros e madeireiros é terrorismo. Estão queimando caminhões, caminhões novos, maquinários e sem julgamento. Onde já se viu, hoje você, um policial, o Ibama, o fiscalizador é promotor, ele é juiz, tudo ao mesmo tempo. Isso está errado, não está dando direito de defesa. Como você já culpa e já queima o maquinário do agricultor, do madeireiro? Precisamos resolver essa questão. No Município de Cujubim foram vários caminhões queimados essa semana e nós não podemos aceitar. Hoje teve essa reunião aqui, amanhã o Superintendente do Ibama irá para Cujubim, mas nós precisamos, nesse momento, unir todos os Deputados e cobrar dos nossos senadores, deputados federais, que se tem a Lei permitindo isso, que se mude a Lei. A Constituição Federal fala: todo mundo tem direito a ampla defesa. E essas pessoas só têm a gente para poder cobrar por elas. A maioria tem dificuldade para contratar advogado, se defender. Têm muitos madeireiros, muitos que estão entrando em depressão, muitos estão largando os negócios, têm muitas pessoas que estão falindo. São milhares de desempregados por causa de uma fiscalização terrorista. E outra, gente, tem que ser punido; esses policiais fazem questão, quando queimam um caminhão, quando queimam um veículo, fazer uma tal da selfie, fazer videozinho e colocar nas redes sociais. Isso aí é um abuso com o cidadão que paga imposto e que está gerando emprego e trabalhando para o nosso

Estado. Então, faço esse apelo para nos unirmos e revertermos essa situação. Muito obrigado.

O Sr. Cleiton Roque - Senhor Presidente, antes do Deputado Alex Redano concluir, eu quero fazer, eu quero fazer uma abordagem, se ele permitir e Vossa Excelência também. E quero me juntar a Vossa Excelência, Deputado Alex Redano. Eu vi, na semana passada, o Deputado Ezequiel Junior fazendo uma explanação aqui de alguns fatos ocorridos na região dele também e vendo Vossa Excelência fazer essa abordagem, não é diferente do que acontece na região de Espigão d'Oeste. A gente sabe que hoje a economia predominante no Município de Espigão d'Oeste, mais de 50% do movimento, mais de 50% da economia daquele município de mais de 30 mil habitantes, ainda é da exploração da madeira. Então, é necessário que o Governo Federal, é necessário que a Bancada Federal rondoniense e a Câmara Federal de maneira geral tome uma providência com relação a isso. Porque é inadmissível que no ato da ação deles, já se promova a queima, ou seja, de maneira arbitrária, de maneira sumária se proceda desta forma. A queixa que nós temos lá no Município de Espigão d'Oeste, todos os vereadores ali, em especial o Genézio Mateus, o Adão Salvático, o Rega, o Joveci, eles têm me cobrado para que a gente possa nos juntar a Vossa Excelência e os demais Deputados, na defesa, porque tem errado, até tem, pode até ter, mas deixa ter a oportunidade de se defender diante do Juiz. Esses profissionais do Ibama têm que cumprir a obrigação deles, mas não tomar uma atitude de Juiz, de maneira sumária, julgar pai de família, queimar um bem. Esse bem poderia perfeitamente ser revertido para as Prefeituras municipais, para as Associações sem fins lucrativos, trazer um retorno para sociedade até a

conclusão do julgamento do processo e isso não ocorre. Então eu me junto a Vossa Excelência nessa ação, que em nossa opinião é arbitrária e tem que ser contida de maneira que possa dar uma oportunidade de defesa para esse pai de família. Vossa Excelência está de parabéns Deputado Alex Redano por se posicionar de maneira tão firme como Vossa Excelência está se pronunciando nesta tarde.

O SR. ALEX REDANO - Meus amigos, obrigado pelo apoio. Hoje o trabalhador, hoje o garimpeiro, o toreiro, o madeireiro, o agricultor é tratado como bandido pelo Ibama. Eles chegam já apontando metralhadora, humilhando pais de família e isso não pode continuar. Desculpa o desabafo, muito obrigado.

(Às 18 horas e 56 minutos o Sr. Edson Martins passa a presidência ao Sr. Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente)- Quero só colaborar com o seu pronunciamento Deputado Alex Redano, trazer a esta Casa essas discussões. E dizer que acho que as Leis têm que ser obedecidas, mas também tem que você ter regras. Aqui como falou o Deputado Adelino Follador e também o Deputado Cleiton Roque, que às vezes é o abuso de poder, que é aquilo que nós falamos. E falta que as entidades, esta Casa, e demais órgãos do Estado tenham a consciência disso e tirar esse abuso de poder. O direito de ir e vir é de todo mundo. Você tem que obedecer às leis sim, se você fez um ato doloso, você paga por ele. Agora, você não pode invadir, tirar aquele direito seu perante a lei.

Senhores e Senhoras Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso I do artigo 135 do Regimento Interno, para discutir sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353/18, que "Aprova o Relatório dos Procedimentos de Renegociação da Dívida do Estado de Rondônia, perante a União, e em conformidade aos aditivos rerratificação ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas nº 003/98/STN/COAFI. Firmados.".

Está aberta a discussão. Então vamos receber as pessoas convidadas para discutir o Projeto, e fazer os seus esclarecimentos. Solicito ao nobre Deputado Edson Martins, Vice-Presidente da Casa.

(Às 18 horas e 57 minutos é transformada em Comissão Geral)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com a palavra nesta Comissão Mista, o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Senhor Presidente, cumprimentar o douto Procurador Geral Dr. Juraci; Secretário de Finanças Dr. Ono, também está presente nesta Comissão, agora geral. Nós recebemos o ofício 5725/18 SEFIN, e no item 06, eu queria que o Dr. Juraci, como Procurador Geral, pudesse explicar de uma forma mais clara essas duas demandas judiciais.

Eu vou até ler o item 06: "É importante salientar que, em demanda judicial (ACO 3089), o Estado conseguiu afastar a exigência da União de que realizasse a desistência não

apenas da ACO 1119, mas de qualquer ação em que discute as suas dívidas com a União. A medida liminar foi deferida em dezembro de 2017 pela Ministra Carmem Lúcia.”.

Aí coloca o trecho da... Eu queria até pedir, Presidente, Presidente, eu queria que os Deputados respeitassem a plenária para a gente estar discutindo esse Projeto, é um Projeto de suma importância, eu queria que o senhor pedisse aos nobres Pares que quem quiser ir para a sala discutir outros problemas...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu gostaria de convidar, se tiver algum Deputado também nos gabinetes ou na galeria da Casa, que pudessem vir ao plenário, uma questão de ordem que os Deputados pudessem manter cada um nos seus lugares e, com certeza, que a gente pudesse estar discutindo esse Projeto, que é um Projeto relevante, muito importante para o Estado. E nós vamos ter que ouvir aqui o Dr. Juraci, que vai explanar esse Projeto para a gente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu vou ler aqui também: “Pelo exposto, presentes os requisitos do pedido formulado pelo Autor em sua petição, defiro a tutela provisória de urgência para afastar a necessidade de cumprimento pelo Autor da condição estabelecida no parágrafo 8º do artigo 1º da Lei Complementar 156/2016, para celebração do aditivo ao contrato de refinanciamento da dívida pública estadual entabulado entre Rondônia e a União”.

O item 07: “Insta registrarmos, por fim, que foi requerida a medida liminar, na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5981, para que se suspenda os efeitos da regra do artigo 1º, parágrafo 8º da Lei

Complementar Federal n. 156/2016, até o julgamento final de tal ADI, a qual se encontra no Supremo Tribunal Federal para análise.”.

Então, eu queria ao Procurador Geral do nosso Estado, explicasse para nós aqui Deputados e para todos aqueles que estão nos assistindo, essas ações que foram peticionadas, que estão tramitando e as medidas que estão sendo tomadas por parte do Estado, se haverá ou não prejuízo quanto desistências ou assinatura do Termo Aditivo. Então ficasse bem claro e o senhor que tem a voz e que tem a legitimidade para falar de forma técnica e jurídica para o Estado de Rondônia, representando até neste ato o Governador do Estado.

Então eu queria que o senhor pudesse explicar para nós o que se trata essas 3 ações e a Ação Direta de Inconstitucionalidade, e o que o Estado está fazendo dentre a derrubada da Liminar de 2014, se foi feita quais ações e quanto essa derrubada, se foi embargo, declaração, como é que anda esse processo?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Dr. Juraci com a palavra, Procurador Geral do Estado com a palavra para esclarecimento técnico.

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Boa noite a todos. Quero cumprimentar todos os Deputados desta Casa de Leis, na pessoa do Deputado Edson Martins, que preside esta Sessão.

Na realidade Deputado Jesuíno, nós sabemos que tudo começou com ACO 1119 que o Estado entrou questionando a dívida do Beron. Para facilitar o entendimento dos

senhores, nós temos que a dívida do Beron não é uma totalidade. Na realidade o Estado realmente fez um financiamento à época, então parte dessa dívida o Estado tem com a União. O que se questiona nessa ação ACO 1119 é exatamente a nossa persistência em manter esta ação em evidência, é exato momento no que o Supremo Tribunal Federal ao fazer a instrução do processo determinou que fizesse uma perícia nesse processo. E essa perícia é favorável ao Estado em torno de 50% do valor. Então isso está nos autos da ACO 1119 e esse processo está completamente instruído, ele está aguardando somente pauta, depende da Ministra do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Carmem Lúcia, para proceder ao julgamento em plenário desse processo. Então esse é um item que eu queria esclarecer para os senhores, até por que esse processo já tem vários anos que não está pautado, ele está aguardando a pauta. Ele está concluso aguardando a pauta para ser julgado pelo plenário. No entanto, no decorrer desse período, a União chamou os Estados para fazer o alongamento das dívidas e existia, na época, vários Estados que entraram com aquelas ações para não pagar o juro composto, querendo pagar o juro simples. Então vários Estados, o Estado de Rondônia não entrou com essa ação, mas vários Estados entraram com essa ação e foi questionado no Supremo Tribunal Federal através de uma medida que teve, inclusive, uma liminar suspendendo os efeitos para que a União não cobrasse a dívida com o juro composto. Mas o Supremo, para colocar paz na situação entre os Estados e a União, determinou que se fizesse um acordo, tabulasse um acordo para facilitar os Estados que estavam devendo à União, especialmente para não quebrar a União, por que se, na visão dos julgadores, se realmente a União fosse cobrar juros simples de todos os Estados, da dívida que estava em andamento dos Estados, com certeza os cofres da União iriam sofrer uma quebra muito grande. E

nisso foi feito um acordo entre a União e os Estados. Nesse acordo do alongamento da dívida, um dos requisitos que a União exigiu com a edição da Lei 156, era que os Estados desistissem da ação. Naquele primeiro momento seriam as ações pertinentes ao mandato de segurança com relação aos juros simples e para não pagar o juro composto. Só que nós fomos atingidos, quando a União determinou que se desistisse de todas as ações, o Estado de Rondônia foi atingido, inclusive, uma exigência da União para que se fizesse o alongamento à desistência da ação da ACO 1119, que é a dívida do Beron. Nós entramos com uma medida cautelar para garantir que o Estado fizesse o termo de acordo do alongamento da dívida sem precisar desistir da ação do Beron. E conseguimos uma liminar nessa cautelar, inclusive, hoje essa cautelar está em vigência, tanto é que o processo continua e a tramitação do alongamento da dívida vem durante esse período, que culminou exatamente com o 7º Termo, que é a chamada escadinha, então só falta isso para concluir. Mas posso garantir que a liminar ainda está sob vigência, o Supremo Tribunal decidiu e apenas aguardando a decisão do mérito da cautelar. Mas por enquanto não tem risco nenhum em o Estado fazer o alongamento da dívida sob a desistência da ação porque está acobertado por essa liminar, sob o manto dessa liminar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só uma pergunta, Procurador, a cláusula 34 é bem taxativa, não é? E Estado se compromete o acordo com o Parágrafo 8º do Artigo 1º da Lei Complementar 156, em consonância da Portaria do Ministério da Fazenda 569, de 21 de dezembro de 2017, a desistir, é isso que o senhor está falando. Mas, exemplo, como foi a liminar de 2014, ela vem a ser... Exemplo, o Ministro entende que houve a perda do objeto pela assinatura dos Termos Aditivos

6º e 7º e, exemplo, a AGU leva essa informação 'olha, o Estado de Rondônia já assinou, já acatou os Aditivos', e se houver a derrubada da liminar como o Estado de Rondônia fica nessa situação? É só essa pergunta.

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Na realidade, Deputado, se a União quisesse, se a União quisesse entrar com a medida no Supremo Tribunal Federal alegando que o Estado reconheceu a dívida e fez o alongamento, já tinha sido feito no primeiro Termo Aditivo, no primeiro Aditivo do contrato. Ocorre que nós estamos no 7º, o 7º está discutindo apenas a escadinha, a questão da diminuição do juro. Ninguém está discutindo a dívida, para assinar o alongamento da dívida que se discutiu a dívida como um todo. Até porque a liminar concedida na medida cautelar ainda está em vigência.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, porque o senhor deixou claro aqui, 'contados após a celebração do presente Termo Aditivo as seguintes ações judiciais que deve o Estado desistir', a ACO 3637, a ACO 1.119 e o processo 00034809.1999.4.01.4100 TRF1, então é uma condicionante nesse Termo Aditivo, é isso que eu estou lhe falando. Se o Estado de Rondônia, neste exato momento, através do Poder Legislativo autorizando, ratificando esses Termos Aditivos aí é uma situação, a AGU não vai falar: olha, esses três processos devem ser arquivados devido o Estado de Rondônia acatar esses Termos, o 7º e o 6º. É essa pergunta que eu quero que fique bem explicado a todo mundo, porque amanhã nós podemos ser pegos de surpresa de a liminar perder seus efeitos e o Estado de Rondônia ter que ficar com esse

alongamento de 20 anos e chegar, ao final, pagar R\$ 9 bilhões.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Procurador, quando fala que está discutindo só a questão do prolongamento da dívida ou escadinha ou qualquer coisa parecida, se for aprovado isso aqui, esquece, esquece que nós vamos pagar até 2048. É lógico que quando chegar lá por 2030 vai aparecer alguma coisa para prolongar para 2100, 2200, daqui talvez a mil anos talvez quando tiver um homem de coragem na política neste Estado, talvez a União respeite o nosso Estado. Você falou, Procurador, o seguinte, você praticamente no início da tua fala falou como se essa dívida maldita não fosse do Beron, como se tivessem outras dívidas, empréstimos, outras coisas que o Estado fez. Pelo que eu sei, e ninguém contestou, a dívida do Beron em 95 era R\$ 21 milhões e tinha, parece que alguma coisa da Caixa Econômica de R\$ 70 milhões e de R\$ 76 milhões que dava R\$ 70, com R\$ 76 dava R\$ 146, com mais R\$ 21, R\$ 167 milhões, era mais ou menos por aí a dívida real de Rondônia, a dívida real de Rondônia. Quando o Banco Central pegou o Banco de Rondônia em 95, pegou com a dívida de R\$ 21 milhões, quando devolveu para Rondônia em 98, a dívida era de R\$ 520 milhões. Aí Rondônia negociou R\$ 520 do Beron, e R\$ 146 que era desse dinheiro da Caixa Econômica, dos rolos aí que o Estado tinha feito com a Caixa Econômica. Por isso, não adianta a gente aqui falar que 90% dessa dívida é do Beron, 80%, 90% desses valores aí que já foram pagos e que estão querendo cobrar, que está aí nesse acordo que vai chegar a R\$ 9 bi no final para o Estado de Rondônia, 90% é a dívida do Beron, que não foi o povo deste Estado que fez. Essa questão das ações que têm no Supremo, esse Supremo jamais vai julgar uma ação a favor de Rondônia, não porque

Rondônia não tem direito, Rondônia tem, se ele julgar eles vão julgar favorável a Rondônia. O Ministro Lewandowski, quando nós tivemos lá no Supremo falou, ele quer que o Estado e a União resolvam, se entendam através de acordo e por aí afora. E o que é que tem feito? Tudo que a União tem feito, Deputado Jesuíno, tudo que a União quer o Estado aceita. Aí vem dizer que taxas de juro, que taxa de juro boa é essa, que uma dívida que era vinte e poucos milhões, nós já pagamos R\$ 2bi e tem mais R\$ 7bi para frente para pagar. Aí o cara vem falar que taxa de juros: não, nós fizemos um acordo bom, com boas taxas de juros. Isso é brincar! E outra coisa, nós ainda temos que fazer um acordo desses e o Estado ainda vai ter que pagar R\$ 120 milhões agora, R\$ 126 milhões agora. Rapaz, isso aí é brincar demais com o nosso Estado!

Esta Casa aqui não deveria... Primeiro o Governador Daniel não deveria colocar a assinatura dele nestes rolos. O Governador Daniel não tem nada a ver com isso, e muito menos nós aqui. Ou tem algum aqui que deu o cano no Beron? Tem algum aqui que pegou algum dinheiro no Beron e não pagou? Nós não devemos nada para ao Beron. Nós tínhamos que chamar aqui os velhacos que pegaram o dinheiro do Banco e não pagaram e fazer pagarem a conta. Agora, nós estamos aqui..., meu amigo a população de Rondônia está atenta a isso, porque agora os acordos não são mais sendo feitos na calada da noite, que nem isso aí estava sendo feito. Essa negociata estava sendo feita na calada da noite pelo Confúcio Moura e companhia. Depois que a gente descobriu, quando o Cassol foi o primeiro, Cassol e Luiz Cláudio falaram disso, todo mundo dizia que o Cassol era mentiroso, e era falastrão. E ele pode até mentir e falar às vezes o que não deve, mas nisto aí ele não mentiu uma vírgula! Tudo o que o Cassol falou e o Luiz Cláudio falou foi comprovado na nossa Comissão, que inclusive nós não fechamos ainda,

Deputado Jesuíno. Tudo! Tudo o que foi falado, até os R\$ 7bi, é R\$ 7bi mesmo, até 2048 nós já pagamos de 1998 a 2014, nós pagamos mais de R\$ 2bi, mais de R\$ 2bi. E se nós homologarmos este acordo que Estado está fazendo com a União aí, é mais R\$ 7bi até 2048. Isso é criminoso!

Eu acho que está na hora de a gente colocar... Falta um governo, um governante do Estado desta Federação um dia virar macho e encarar esse governo federal que é assaltante. Agora, a União vai quebrar e Rondônia? E Rondônia? Rondônia pode quebrar, agora a União não. Nós temos que estar sendo sugados por esta União, aí eles fazem isso com a gente, Deputado Geraldo, e ficam mandando merrequinha para cá, uma emendazinha, fazendo politicagem ainda com o dinheiro nosso, mesmo, porque eles assaltam a gente e devolve um pouquinho, fazendo politicagem. Nós não estamos falando aqui do bilhão que o Confúcio Moura pegou emprestado agora na gestão dele, não. Nós não estamos falando isso, não. Aí vai virar outro Beron da vida. Vai virar outro Beron.

Por isso que eu fico triste quando eu vejo o Governador Daniel convencendo, querendo convencer, até tipo querendo fazer uma pressão contra esta Casa, querendo dizer que se a gente não aprovar isso aí, os trabalhadores do Estado não vão receber salário. Poxa! Tipo pressionando. Aí amanhã, essa União bloquear algum recurso do Estado aí nós vamos ser culpados, os Deputados são culpados. Enquanto nós agirmos de forma medrosa e covarde desse jeito, o nosso Estado vai ser enganado e assaltado e saqueado da forma que vem sendo ao longo dos anos. Cadê as Usinas? Poxa, a União nós demos duas Usinas grandes aqui para a União. Foi feito um presídio aqui federal dentro da nossa cidade, praticamente, e cadê, o que é que a União dá de troco para nós? Dá isso? Aí, eu queria pedir para os Vereadores e para

o próprio Governo, eu tenho o maior respeito pela equipe do Governo. Eu gosto do Governo Daniel Pereira, eu queria que ele fosse candidato à reeleição, eu queria que ele fosse reeleito, mas eu não concordo de jeito nenhum com o Governador Daniel Pereira. Eu queria ver o Governador Daniel batendo na Mesa dizendo que não pagava. Quer assinar? Deixa o Expedito Júnior, deixa o Expedito Júnior que pegou dinheiro lá e não pagou; negociar se ele ganhar o Governo a partir de janeiro. Agora o que é que nós temos a ver com isso, meu amigo? Nós não podemos, nós não podemos de maneira alguma fazer este tipo de acordo. Ontem uma Secretária lá, eu não sei de que diabo lá de Brasília, ligou para cá, a equipe do Governo ficou toda apavorada. Uma mulher que ninguém sabe nem quem diabo é, lá de Brasília, ligou. Ficou todo mundo com medo: não, o mundo se acabou para Rondônia. Rapaz vai para merda, mulher. O que nós devemos para essa mulher? Nós temos que colocar... Nós não podemos, esta Casa não pode assinar este tipo de acordo porque vai ficar na história. Foi o Parlamento, o Parlamento..., isso só não está liquidado e consumado graças ao cabeção aqui, que se ele não coloca aquela Emendazinha lá na Lei dizendo que para homologar tinha que vir para cá, isso já tinha sido empurrado de goela abaixo e nós nem saberíamos, nós nem saberíamos. E hoje vem para cá e eu peço para os nossos colegas Deputados estaduais aqui, meus colegas, meus amigos, nós nenhum aqui temos a obrigação de votar isso. Nós não temos, nenhum. Por que motivo nós temos que aprovar este tipo de negociata aí? Nós não temos motivo nenhum. Esses números aí, quando eu vejo os caras colocar... Eu estive em uma audiência lá em Brasília, o cara coloca: não nós estamos fazendo um bom acordo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Companheiro Deputado Hermínio, conclua porque o seu tempo regimental já esgotou.

O SR. HERMÍNIO COELHO - O cara lá do Tesouro Nacional, dizendo: não, o acordo é muito bom para Rondônia. Aqui eu também estou vendo os nossos técnicos aqui do Governo dizendo que o acordo tem umas taxas de juros maravilhosas.

Meu amigo, o pior agiota que tem nesta cidade aqui é melhor do que estes juros aí, essas enrolações aí que esse Banco, desse rolo que o Estado de Rondônia junto com a União vem fazendo contra o povo. Porque não é a União que é sacana não, as pessoas que fazem esse tipo de negociata também são.

E eu quero ver, o que foi que o Estado fez, tem algum condenado aqui, porque ajudou a quebrar o Beron? O que foi que a Procuradoria do Estado fez ao longo desses 20 anos para poder punir alguns desses velhacos que não pagaram o Banco? Ah, não tem nenhum, não tem nenhum processo, os caras são é candidatos aí e vão ter um caminhão de voto. E eu e o Deputado Jesuíno que ficamos aqui tentando que as coisas sejam feitas de forma transparente e democrática, para nós, meu amigo, a gente não tem voto, nós não temos votos. Porque bom é você roubar R\$ 30 milhões de uma ponte e fazer campanha, agora quem denuncia não tem dinheiro para comprar voto. Aí é perigoso não conseguir uma reeleição, aí Ezequiel Neiva o ano que vem, vem para cá, vem aqui para dentro, e eu sei lá para onde que eu vou o ano que vem. Eu espero que esteja nós dois juntos aqui, que eu vou ver como vamos lidar nós dois aqui, conviver aqui dentro desta Casa, porque esses R\$ 30 milhões, meu amigo, eu não vou engolir nunca, como também essa negociata, essa situação do Beron,

eu jamais vou engolir! Eu engulo sapo, eu engulo gato vivo atravessado. Agora engolir Ezequiel Neiva, engolir Confúcio Moura, e essa negociata...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Eu, eu?

O SR. HERMÍNIO COELHO - Ezequiel Neiva Desculpa, meu amigo, Ezequiel Junior, desculpa!

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Está desculpado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Eu não engulo esse tipo de gente não, porque eu não sou babaca, eu não sou trouxa e, graças a Deus, eu tento cumprir com o meu compromisso. E jamais vou deixar de ser verdadeiro, de falar o que eu penso. Se as pessoas acham ruim, problema de que quem acha ruim, mas eu falo, é covardia desta Casa, é covardia do Governo assinar esse acordo. Quer bloquear as contas do Estado? Bloqueiem. Vamos bloquear as usinas, vamos bloquear as usinas, será que nós não temos poder de parar essas usinas para não fornecer energia para eles lá em São Paulo? Vamos fazer. Eles estão com a espingarda apontada no nosso pescoço. Vamos arrumar pelo menos uma peixeira para nós fazermos o contraponto. Por que nós temos que aceitar tudo o que esses caras querem? É isso, eu espero que nós não aproveemos isso da forma que está sendo colocado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com a palavra o Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Presidente, esse assunto é antipático de ser discutido e votado nesta Casa de Leis aqui. Porque nesta Casa nos encontramos, hoje, numa verdadeira sinuca de bico, por quê? Primeiro que não foi essa legislatura e nem o atual Governo que quebrou o Beron. Segundo, essa decisão da Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive, de sequestrar R\$ 300 milhões das contas do Estado, isso aí estava na parte do acordo da renegociação da dívida de governos anteriores, lá do passado, quando esse Banco foi quebrado lá no ano de 1997. E aí nós ficamos nessa dúvida, alongamos e autorizamos o alongamento da dívida e tudo continua como está no Estado ou nós reprovamos o Projeto aqui e politicamente saímos aqui batendo o terno, 'estamos bonito', mas mês que vem começa a atrasar o pagamento de servidor e fornecedor, porque a Secretaria do Tesouro Nacional não depende mais de autorização de ninguém para sequestrar R\$ 300 milhões da conta do Estado. Aí, será que é justo? Quantos pais de família vão esperar o pagamento, Deputado Cleiton Roque, e no final do mês e não vai ter. E, eu repito, não foi essa legislatura nem o atual Governo que quebrou o Beron não. E muito me admira também, o Governo Federal que investe recurso público do BNDES em ditaduras, em obras fora do País que não tem nada a ver com o povo brasileiro e dá o recurso a fundo perdido, e para Rondônia não tem o mesmo tratamento. Essa conta já foi paga várias vezes, do Beron, essa conta já foi paga várias vezes. E a gente não vê os governos federais, não é só o Michel Temer, os anteriores também, porque essa dívida vem lá de 1997, dá esse mesmo tratamento para o Estado de Rondônia. Talvez seja por uma

série de fatores, talvez não por uma série de fatores. Um deles, pode ser um pouco de fragilidade das nossas bancadas federais ao longo desses anos, Deputado Hermínio, porque do jeito que o Governo Federal está metendo a espingarda no pescoço do Estado, como o senhor falou e tem razão, que não tem para onde correr, talvez faltou esse mesmo comportamento das nossas Bancadas ao longo desses anos, fazer o mesmo no Governo Federal. Então, nós estamos hoje nesse dilema aqui, Deputado Cleiton Roque, Deputado Marcelino Tenório, ou nós alongamos essa dívida, e é claro que vai aumentar, tem juro, por quê? Porque vai se esticar o prazo para o pagamento dela para 20 anos, e com isso a parcela fica menor para o Estado. O Estado continua equilibrado, fiscalmente falando, financeiramente falando, ou a gente reprova ou não autoriza o alongamento da dívida, e aí o Tesouro Nacional vai lá às contas do Estado, Dr. Ono, e leva R\$ 300 milhões embora. E aí o que esta Casa vai falar para mais de, quantos mil funcionários? 20 mil, 30 mil funcionários, 56 mil funcionários, 20 mil só na SEDUC, e fornecedores que estarão esperando o pagamento. E a coisa pipoca aqui nesta Casa! É um problema do Executivo, como eu falei e repito pela terceira vez, não foi essa legislatura, não foi o atual governo que quebrou o Banco e agora o abacaxi está aqui para a gente descascar. Eu vou votar pelo alongamento dessa dívida porque dos males esse é o menor. Dos males esse é o menor! Era o que eu tinha.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente, até para a gente delongar mais, eu já entendi a fala do Procurador, só para ficar registrado: se houver a assinatura do 7º Termo Aditivo, e a liminar cair há um prejuízo ou não se for cassada essa liminar, Doutor?

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Deputado, a Procuradoria Geral do Estado tem se empenhado juridicamente em todos os remédios para garantir que o processo da ACO 1119 continue para ser apreciado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade que nós entramos, que é a ADI 5981, é exatamente para questionar, aí nós estamos questionando diretamente o artigo da lei que obriga a desistência da ação. O Supremo vai ter que decidir.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Ah, então tem uma ADIN tratando do artigo que obriga, da 156...

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Além da liminar, nós entramos com ADIN questionando o artigo pela inconstitucionalidade do artigo que obriga a desistência das ações judiciais.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, então o Termo Aditivo, ao meu olhar, Rondônia se cancelar a partir de..., ratificar a partir de amanhã, exemplo, quarta-feira, ele assina sem esse dispositivo do inciso VIII, não é isso? Porque está sob liminar, não é isso?

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Está sob liminar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então não há pactuação em cima desse inciso, porque ganhar uma liminar...

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Não, está sob a liminar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pois a liminar impede que haja...

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - É a liminar em cima da cautelar, nós conseguimos a liminar em uma cautelar e nós temos a ADI que questiona o artigo. Então nós temos duas ações reforçadas, que se a ADI vier prosperar, praticamente esse artigo deixa de existir dentro da Lei 156.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então todas as ações deverão tramitar de forma regular no Supremo. Assim, que ainda me cause, como disse o Deputado Hermínio, algo muito... Eu sou relator dessa matéria e o Deputado Hermínio é o Presidente da Comissão, eu ainda vislumbro uma tentativa de tentar, a pauta dessa matéria, a principal, que discute a situação ACO 1119, que trata sobre essa dívida por que... Aí sim, eu penso e ao meu sentir seria mais viável nós estarmos discutindo isso. Não é uma discussão nossa, não é um problema nosso, não foi algo que nós construímos, todavia é algo que nós temos que registrar. Nós estaremos alongando, autorizando o alongamento da dívida por 240 meses, 30 anos, um valor de R\$ 11 milhões. Mas era isso que eu queria, eu já me dou por satisfeito. E aí, Presidente, eu quero agradecer novamente a sua explicação, a sua vinda aqui,

agradecer realmente a sua postura em vir aqui, até porque fique registrado nos Anais desta Casa toda essa nossa Comissão Especial, como sucedeu essa votação e como houve os debates aqui nesta Casa. Era isso que eu queria falar, Presidente.

O SR. JURACI JORGE DA SILVA - Deputado, eu só queria fazer um adendo, Deputado Jesuíno, no seguinte aspecto: a dívida existe, isso está já pacificado. O que nós estamos questionando com essa ação do Beron, a ACO 1119, é apenas 50% do débito. Então, se o Supremo julgar a ação favorável ao Estado, nós vamos diminuir o débito em 50%, mas a dívida persiste. É isso que eu quero que os Deputados entendam. E também a persistência do alongamento da dívida, porque não é todo processo que nós estamos brigando para ser 100% favorável ao Estado, mas sim de acordo com a perícia que consta no processo, que é em torno de 50%. Só a título de esclarecimento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pela ordem aqui, eu vou passar para o Deputado Marcelino, depois o Deputado Cleiton. Eu também lamento muito o Estado hoje ter que bancar a dívida. Eu concordo com o Deputado Hermínio em parte. É lógico, o Estado tem que ter responsabilidade também porque com certeza nós não podemos falar, de repente, em calote. Mas, Deputado Hermínio, só que na época, quando em cheguei para Rondônia, em Urupá, na época do Governo Piana, eu me lembro muito bem que algumas pessoas, lá no município de Urupá pegaram recurso, apresentou uns nomes lá, 'laranja' lá no Banco Beron, e pegou um financiamento, um alto valor, literalmente para fazer campanha política, na época do Governo Piana. E hoje

nós rondonienses, estamos pagando essa dívida. Eu estou falando de um caso lá em Urupá, que aconteceu, que é um pequenino município. Agora, vocês imaginam em nível de Estado o que é que aconteceu, a irresponsabilidade que foi naquela época com a questão do Beron.

Com a palavra o Deputado Marcelino Tenório. Vamos ser mais rápidos na fala, porque na verdade, o Deputado Dr. Neidson disse para mim que tem duas reuniões agora, compromisso, e alguns outros Deputados também, inclusive eu tenho ainda uma reunião.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Eu vou marcar aqui, Presidente, 5 minutos. Eu queria cumprimentar o Dr. Juraci, nosso Procurador Geral do Estado, também o Secretário de Finanças, Ono.

Eu quero primeiramente aqui parabenizar os nobres Deputados Hermínio Coelho e Jesuíno Boabaid. E por que eu faço isso? Se esta Casa tiver, eu sempre falo, a consciência que o nosso dever é fiscalizar e legislar e nós não fazemos nada disso, quase nada. Lá atrás, quando essa dívida do Beron foi consolidada, se os Deputados, à época, tivesse essa percepção de fiscalizar o que é bom do Estado, talvez não tivesse acontecendo isso. E eu tenho falado sempre nesta Casa que nós fomos eleitos e nós temos o dever principal nosso é fiscalizar e legislar. E aqui eu vejo muito pouco de nós que fazemos isso e essa é a nossa obrigação. Quando eu digo isso aqui, do Deputado Hermínio Coelho e Deputado Jesuíno Boabaid, é porque eu vejo muito os dois fazendo isso e a maioria de nós não fazemos isso.

A dívida do Beron, lá em 2014 que ela foi suspensa por uma liminar, deixou de se pagar R\$ 15 milhões por mês, mas

nós não nos preocupamos, nós, Deputados Estaduais, de fiscalizar aquele recurso que não estava sendo descontado na fonte, não estava sendo mais descontado, o que foi feito com ele. E continua a mesma coisa, porque eu vejo nesta Casa aqui, os Projetos que chegam aqui, quase ninguém discute eles. Está aqui, que faz parte da Comissão de Constituição e Justiça e também lá da Agricultura que isso nós discutimos lá.

Então, tudo isso é causa do passado maldito que ninguém cuidou e se nós não cuidarmos também, vai acontecer o pior. Às vezes, as pessoas dizem que o culpado é o Governador, será que é só ele? E a nossa culpa? Então, eu quero aqui diante de toda esta Casa, sempre falei isso e continuo falando: "nós temos que discutir Estado". Se a gente vir para esta Casa discutir aquele setorzinho para poder resolver o problema meu, vai acontecer todo esse problema que está acontecendo no Estado de Rondônia. Então, essa discussão aqui está acontecendo e irá acontecer mais porque nós temos que ter essa percepção, porque nós somos 24 Deputados, nós temos essa condição de observar o que está acontecendo no Estado de Rondônia. Essa dívida aqui, é como falou o Dr. Juraci, ela, alguém foi lá e disse que devia e a Assembleia foi lá e disse que sim, acabou-se, nós estamos devendo. Em 2007, se eu não me engano, 2008, que entraram com recurso discutindo a dívida, que como o Dr. Juraci falou está lá no Supremo Tribunal Federal para ser pautada. Se nós tivermos êxito, pode ser que nós vamos ter o perdão de 50% dela, mas se não nós vamos continuar pagando ela. Porque existe esse processo, é um rapaz chamado Governo Federal, que se apodera de quase 60% do dinheiro público, do povo brasileiro, e depois os Estados e os municípios vão de pires vazios lá, atrás de recursos, que Brasília, é como falou um Deputado Federal de Alagoas e hoje ele continua sendo Deputado Federal, Givaldo Carimbão

que "Brasília é o lugar da negociata de coisas que não serve para o Brasil", infelizmente. Mas estamos nas mãos do Brasil que a legislação diz que é assim, não podemos ser diferentes.

Agora, voltando para a parte Orçamentária, Financeira. A dívida consolidada de nosso Estado hoje está em 2 bilhões e 200 milhões de reais, referente essa dívida do Beron; R\$ 720 milhões, referente ao não pago, Deputado Adelino Follador, que desses 48 meses que não foram pagos a parcela que descontava isso, não foi pago. Então R\$ 720 milhões deixaram de ser pagos. Hoje, a dívida dela, a dívida do Beron hoje o índice que corrige ela é ao IGP-DI, é o Índice de Preço do Consumidor no nosso País e mais 6%. Quando você soma essas duas, o índice mais os 6%, hoje dá aproximadamente, só o índice, dá R\$ 132 milhões, quando você soma o juro fixo que é 6% da R\$ 132 milhões. Com a nova repactuação e alongamento ela cai para R\$ 88 milhões, é o juro fixo. O IGP-DI nesse momento ele está dando aproximadamente 5% ao ano. Então, dessa dívida nós vamos pagar aproximadamente, da dívida hoje, R\$ 204 milhões de juros/ano. Se nós pagarmos como está sendo alongada, nós vamos pagar R\$ 132 milhões. Nós não estamos pagando nem o juro. É natural que R\$ 72 milhões a cada ano, ela cresce, porque nós não estamos pagando o juro correto. Se nós pagarmos R\$ 204 milhões, aí sim, ela para, aí a inflação vai comendo ela. E aí pessoal, é como falou aqui alguns deputados, que essa dívida não foi nós que herdamos. Agora, nós estamos observando o seguinte, o que nós vamos fazer, nós deputados neste momento? Qual é a nossa decisão? Não votar, ou votar? Se a União, vamos dizer que ela não se apodere do que nós não pagamos, porque é liminar, liminar quando cai você tem que pagar. Mas eu já acredito que o Estado já entrou com recurso para poder evitar isso aí, para alongar sem ele ir buscar esse recurso que tem, que

nós deixamos de pagar. Mas mesmo assim, se nós não votarmos, essa dívida começa a pagar, ela vai se paga até 2028, que é o primeiro acordo feito, e aí nós vamos pagar R\$ 22 milhões/mês. Nós estamos em agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e 13º, nós temos 06 meses, R\$ 140 milhões, mais ou menos, vai sair do cofre. E nós não temos condições de chegar e dizer: oh, eu não vou pagar. Porque eles transferem esse recurso para nós, eles vão descontar na Fonte. A não ser que o Estado entre com recurso, como está lá fazendo toda vez no Rio de Janeiro para poder recuperar o recurso e pagar os seus funcionários. Queremos que isso aconteça? Aí, nós vamos ficar naquela pendenga lá do Rio de Janeiro, esse mês não têm. Aí o Estado entra com Ação, o Supremo manda devolver, e assim está aquela confusão lá. Dentro desse estabelecido aí, pessoal, nós estamos ganhando dessa dívida, o que é que nós estamos ganhando? Aí são os juros que caíram em nível nacional, a Selic caiu, tudo caiu. Então, nós estamos ganhando 2% que será aproximadamente, é 4% dessa nova renegociação ganhamos 2%, no final de cada ano nós temos um excedente de R\$ 44 milhões a menos, que nós teremos que pagar, se nós não fizermos a aprovação dessa Lei para ser alongada. Aqui, deputados, nós não estamos, nenhum de nós, estamos colocando em risco o Estado de Rondônia, ouçam muito bem, nenhum de nós. Esse problema não fui eu, nenhum de vocês que ocasionou isso. É como falou o Deputado Hermínio, os Deputados que antecederam, quem foi que causou isso para o Estado de Rondônia, que ia lá no Banco, sacava o dinheiro para pagar a Folha e o Banco tinha que ir no mercado financeiro substituir ele; não somos nós. Nós estamos simplesmente aqui tentando encontrar uma saída para esta maldita conta que é do Beron. Agora, fica na consciência de cada um, o que vocês, o que nós queremos fazer para o Estado, se nós vamos não aprovar, morremos,

morreu. Aí vão ser questões jurídicas e a questão jurídica ninguém sabe como está. Então, está aí colocado como vai ser, não está sendo nada feito as caladas, está aqui o Procurador Geral do Estado que está fazendo essa negociação, está aqui o Secretário da SEFIN, que todos dois vão assinar esse contrato juntamente com o Governo do Estado, o Daniel Pereira, e está dizendo, nós vamos discutir, é 4% juros fixos e vão, eu acredito que vai ser IPCA, que é o índice mais baixo que existe, hoje ele está dando quase 3.8% e aí nós vamos ter a 2048.

Agora, fico muito triste, muito mesmo, esta Casa não faz o papel dela, dizer que o Estado é só responsável, de jeito nenhum. Nós, 24, temos a mesma responsabilidade que acontecer no Estado de Rondônia, porque o Governo manda, ninguém faz a coisa sozinho, se nós não aprovarmos nada, vai para frente; se nós fiscalizarmos o dinheiro, ele vai ter certeza que ele vai chegar lá no final. Agora, se nós não fizermos o nosso papel, às vezes, eu vejo muitos discutir na tribuna, mas qual é o nosso papel? Nosso papel é a cada 04 meses solicitar o que o Estado está fazendo na educação, na saúde, na segurança e tudo mais e quem faz isso? Ninguém! Aí, quando cai isso no nosso colo todo mundo fica atordoado. Mas vamos fazer o nosso papel para ver se o Estado não melhora. Porque nós somos eleitos para isso. Quando nós fomos às ruas solicitar a anuência do eleitor, nós falamos o quê? Todos nós 24, e mais 500 que vai ser candidato fala isso e depois acontece isso, estamos aqui com problema, que lá atrás, Deputado Follador, foi feita uma negociação às escuras e a Assembleia votou e acabou-se. Mas, ela se preocupou com o Estado de Rondônia? Não. Nós aqui estamos debatendo, graça a Deus, discutindo o Estado de Rondônia, às claras. Então, cada um tem a sua consciência para poder fazer o seu juízo sobre isso que

está em discussão neste momento. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu queria deixar assim bem claro, eu acho que a Casa tem feito o papel de fiscalizar. Eu entendi que o Deputado Marcelino quis talvez lá atrás realmente pode ser que faltou a responsabilidade da Casa, lá no Governo. No início, eu tenho certeza que usaram o recurso, usaram o dinheiro do Beron para fazer política.

Mas, neste momento, eu encerro essa Comissão Geral, para que nós possamos dar seguimento a Ordem do Dia, o trabalho de votação da Casa. Está encerrada esta Comissão. Obrigado Dr. Juraci, por explicar para nós e esclarecer.

(Encerra-se a Comissão Geral às 19 horas e 44 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu consulto ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, se retira o pedido de vista para que possa ser votado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, Presidente, os pares que se encontram até agora, já tiveram as informações devidas, eu vou abrir mão da vista e agora, o senhor coloca para discussão e votação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu coloco então, em votação o parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório.

Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo 353/18. Em votação o Projeto.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - Presidente, eu registro o meu voto contrário.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu queria que ficasse, o Deputado Hermínio nem está aqui, fez o maior...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, espera aí!

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - Registro meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu queria que fosse registrado de forma nominal os presentes. Eu estou fazendo o requerimento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Esta Presidência...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então, a gente faz simbólica.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - É por escrito esse requerimento ou não? Pode ser verbal?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pode ser verbal.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Esse requerimento do Deputado Jesuíno, é verbal ou é por escrito?

O SR. JESUÍNO BOABAID - É verbal.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu coloco em votação.

O SR. JESUÍNO BOABAID - o Deputado Hermínio não está na Casa?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu coloco em votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento, então vai à votação nominal.**

O SR. JESUÍNO BOABAID - Nominal agora.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Deputados, Deputado Dr. Neidson, nós somos 24 Deputados, e olha que o tema que nós estamos discutindo, e a maioria dos Deputados... Eu acho que a democracia é para isso, é para você dizer que sim ou que não, principalmente numa votação dessas. Aí fica dez Deputados...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Votação nominal.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Se for nominal, vão ser 16 votos. Tem 16 parlamentares ali, é metade mais um. Vai ter que ter nove, vai ter que ter nove. Eu vou até justificar o voto porque, como relator dessa Comissão Especial eu ainda entendo que ainda existem remédios jurídicos para a gente buscar e socorrer ao Judiciário uma tentativa de sobrestar a devida liminar que foi cassada. Então, é por isso, que eu voto contrário. Mas estarei indo à Brasília mesmo assim, representando o Poder Legislativo, para tentar uma Audiência junto com o Executivo ou quem de direito, para a gente ouvir o STN e o STF sobre essa matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Deputado Jesuíno, só para discutir. Isso aí não adianta, depois de aprovar aqui, dizer a gente vai ter esperança, esperança sempre vai ter, mas é muito difícil, é muito difícil até porque a nossa Procuradoria do Estado aqui defende muito mal o Estado. Essa Procuradoria do Estado sempre defendeu muito mal demais o Estado de Rondônia. E outra coisa também Presidente, nós fizemos uma Comissão Especial para levantar tudo isso, levantamos tudo, nem fizemos o relatório final e já está aprovando. De maneira eu compreendo o Governo e compreendo os Deputados por que você negociar, Deputado Marcelino, com a faca no pescoço, é muito difícil, aí já vem: - não, o trabalhador não vai receber salário, pode atrasar o salário. É complicado isso. Mas eu acho que se a gente fizesse o contrário poderia o Estado, de repente, eu tenho certeza que era melhor se a gente peitasse essa União era melhor, mas...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está faltando um voto, Presidente, maioria simples, mas dos presentes... Eles já venceram, então, Presidente já aprovou o senhor pode até decretar o voto, o deputado Léo Moraes votou contra...

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- | | |
|-----------------------------------|-----------|
| - Deputado Adelino Follador | - não |
| - Deputado Aélcio da TV | - ausente |
| - Deputado Airton Gurgacz | - sim |
| - Deputado Alex Redano | - sim |
| - Deputado Anderson do Singeperon | - não |

- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - **Com 9 votos favoráveis e 5 votos contrários, está aprovado. A matéria vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu queria Questão de Ordem, Presidente. Deputado Hermínio, por conta dessa matéria que foi aprovada hoje, eu peço ao Secretário Legislativo, é uma propositura nossa, eu quero apresentar uma propositura para cancelar todas as autorizações, afetações dessas benditas Usinas do Madeira. Vamos apresentar a Lei terça-feira para a gente cancelar, suspender todas as questões que foram feitas com essas benditas Santo Antônio aí, dessas Usinas, que isso para mim é uma palhaçada. Que isso, para mim, que nós autorizamos hoje é uma situação que a gente tem que viabilizar também, inviabilizar a União. Então eu vou apresentar. Deputado Hermínio, nós devemos apresentar uma matéria para cancelar todos os projetos da Assembleia Legislativa desde 2011, desde que foram instaladas essas benditas Usinas para o Estado de Rondônia que afetou as áreas, todas eu quero que seja feita, todas! E vamos ver o que é que a União vai fazer agora. E se a gente aprovar, eles que dancem aí para entrar com ação judicial para cancelar nossa decisão aqui da Assembleia. É uma medida também positiva, Deputado Adelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Sr. Presidente Questão de Ordem? O que o Deputado Jesuíno Boabaid falou aqui, o Deputado Hermínio Coelho e vários Deputados, essa dívida do Beron era para ter sido discutida, Deputado Hermínio Coelho, quando quiseram instalar as Usinas aqui em

Rondônia. Aí sim, tinha força. Agora, depois que entregaram os rios para Brasília, acabou-se a nossa força.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Próxima matéria, Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 232/18 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Acrescenta o artigo 10-A a Lei Complementar nº 366, de 06 de fevereiro de 2007 e revoga a Lei Complementar nº 527, de 06 de outubro de 2007.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 232/18. Em discussão. Em votação. Votação nominal, o painel já está aberto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Esse é um projeto, Deputado, que tinha os condutores de transporte alternativo, não é deputado Hermínio Coelho? Que tinha o privilégio de transportar as entidades religiosas sem pagarem as taxas e também os estudantes, e agora a AGERO voltou a querer cobrar. É um projeto muito bom aí, Deputada, feito pelo Deputado Hermínio Coelho.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - sim

- Deputado Aélcio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente

- Deputado Só Na Bença

- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - **Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - Não há mais matéria, Sr. Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente. Nós temos que votar a extinção da AGERO, o grande erro desta Casa também, Deputado, nós criamos aí mais uma empresa só para encher o saco, gastando um dinheirão, só para perturbar quem está trabalhando. Não precisava, o DER é suficiente, até agora ela só atrapalha quem está trabalhando. Então, com certeza vamos propor nesta Casa para extinguir essa AGERO que tanto prejudica a sociedade de Rondônia.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Faça isso, Deputado Follador, que Vossa Excelência tem um parceiro para a gente revogar essa lei.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 15 de agosto, no horário regimental, ou seja, às 15:00 horas.

Está encerrada esta sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 56 minutos)

(Sem revisão dos oradores)